

FORMAÇÃO SINDICAL



1º DE MAIO



2024



RODRIGO ROCHA,
PRESIDENTE DO SINDICOMERCIÁRIOS

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresento o primeiro volume da coleção “Cartilhas de Formação Sindical”, uma iniciativa do Sindicomerciários. Nosso Sindicato abraçou este projeto com entusiasmo, reconhecendo a importância de produzir conteúdos relevantes para a formação educacional, cultural e intelectual dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio.

Este volume inaugural aborda, de forma clara e direta, as origens do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora. Desde as primeiras formas de organização da classe operária no início do século XIX até os dias atuais, traçamos um panorama essencial para compreendermos o contexto do mundo do trabalho em que estamos inseridos. Nosso objetivo é promover uma tomada de consciência crítica da categoria comerciária frente aos desafios e dinâmicas do mundo do trabalho.

Além disso, a coleção “Cartilhas de Formação Sindical” promete abordar uma variedade de temas pertinentes, como a CIPA, a questão da mulher, negociação coletiva, entre outros. Esperamos que esta leitura seja prazerosa e enriquecedora, contribuindo para ampliar os horizontes de conhecimento e fortalecer o movimento sindical em prol dos direitos e interesses da classe trabalhadora. Unidos, somos mais fortes!



Textos: **Maninho Pacheco**
Revisão: **Ariani Caetano**
Projeto gráfico e diagramação:
Link Editoração
Editora: **Taco Editora e Distribuidora Ltda.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P116p

Pacheco Netto, Alcindo.
1º de maio / Alcindo Pacheco Netto.

Vitória, ES : Taco Editora e Distribuidora, 2024.

25 p. : il. foto color. ; 21 cm.

ISBN 978-65-982259-6-4

1. Sindicatos - Brasil. 2. Direitos dos trabalhadores. I. Título.

CDD – 331.880981

SUMÁRIO

6. Apresentação

7. Compreender o hoje e
conhecer o ontem

8. A origem de tudo

10. A revolução industrial

12. O 1º de maio

15. Século XX

17. O caso Brasil

22. Linha do tempo da luta
pelas oito horas no Brasil

26. Autor


APRESENTAÇÃO

ONTEM...

No século XIX, os operários enfrentavam condições de trabalho desumanas, com jornadas exaustivas de até 18 horas por dia, sem descanso semanal ou férias. A filosofia liberal da época não permitia leis para proteger os trabalhadores, resultando na dominação absoluta dos patrões sobre a classe trabalhadora. Contudo os trabalhadores começaram a se organizar e reivindicar seus direitos, lutando por uma jornada de trabalho digna e condições mínimas para sobreviver. Essa luta resultou em conquistas significativas, como a jornada de oito horas, férias, descanso aos domingos e outros benefícios sociais.

... E HOJE

No entanto, no início do século XXI, os direitos trabalhistas conquistados ao longo de dois séculos estão sob ameaça. No Brasil e em todo o mundo, empresários buscam flexibilizar as leis trabalhistas para aumentar seus lucros às custas dos trabalhadores. Em 2017, o Governo Federal e o Congresso aprovaram uma nova legislação trabalhista que é criticada por eliminar conquistas sociais de décadas. Utilizando termos como “flexibilização” e “reforma”, empresários e governos comprometidos com o capital pretendem dismantlar as proteções trabalhistas conquistadas com tanto esforço. A terceirização e a prevalência do negociado sobre o legislado são exemplos de medidas que retiram direitos históricos dos trabalhadores. Além disso, há planos de avançar ainda mais nessa direção, com propostas de dismantlar a previdência social pública e transformar o ambiente de trabalho em um terreno onde o capitalismo predatório domina.



COMPREENDER O HOJE E CONHECER O ONTEM

Diante desses ataques, a defesa da jornada de oito horas, garantida pela CLT, é crucial. E o Dia do Trabalhador, em 1º de maio, é uma ocasião para reafirmar a importância da luta pelos direitos dos trabalhadores e resistir à retirada de conquistas históricas. Conhecer a história da classe trabalhadora é fundamental para compreender o presente e preparar-se para construir um futuro mais justo, livre da exploração e da opressão que têm caracterizado as relações de trabalho.

A ORIGEM DE TUDO

Até o início do século XIX, o trabalho nas cidades era realizado manualmente em galpões por algumas dezenas de trabalhadores, utilizando ferramentas manuais e pequenas máquinas movidas pela força humana ou das águas.

Naquele tempo, os operários viviam em grande miséria, trabalhando extensas jornadas de 12, 15 e até 18 horas diárias, sem descanso semanal ou férias. Não havia leis de proteção aos trabalhadores. O que prevalecia era a lei do patrão, também conhecida como a “lei do cão”.

Aos poucos, a mão de obra humana passou a ser substituída pela máquina a vapor, levando o mundo do trabalho da manufatura à indústria. Era a Revolução Industrial que surgia, originalmente na Europa e, logo depois, nos Estados Unidos. Esse período de transformação deu origem às fábricas e à classe operária.





No período da Revolução Industrial, crianças e mulheres trabalhavam nas fábricas em jornadas diárias de até 18 horas



A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Mas a modernidade da Revolução Industrial ficou restrita às máquinas. Na prática, industriais capitalistas enriqueceram cada vez mais, enquanto a classe operária continuava a trabalhar em condições de semiescravidão.



“8 horas de trabalho, 8 horas de lazer, 8 horas de repouso.” Slogan aprovado na 2ª Internacional, que criou o Dia Internacional do Trabalhador em 1º de maio

Contudo os trabalhadores passaram a não aceitar passivamente essa situação. Gradualmente, eles começaram a se comunicar e organizar. A redução da jornada de trabalho tornou-se a principal reivindicação da classe operária, buscando evitar a exaustão fatal.

Em 1864, em Londres, ocorreu a primeira reunião internacional de trabalhadores, representando países industrializados da Europa. Decidiu-se lutar pela redução da jornada de trabalho, sem definir um número exato de horas devido às realidades variadas. Naquele reunião, fundaram a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conhecida como Internacional. Dois anos depois, em 1866, na Suíça, a Internacional estabeleceu a jornada máxima de oito horas de trabalho por dia como a principal bandeira de luta dos trabalhadores.

A partir daí, muitas greves ocorreram na luta pela jornada de oito horas, com os patrões frequentemente respondendo com forte repressão, resultando em mortes, prisões e perseguições aos ativistas operários.



Pôster de divulgação da 2ª Internacional, quando foi aprovado o 1º de maio como o Dia Internacional do Trabalhador

O 1º DE MAIO

Uma dessas greves em defesa da jornada de trabalho de oito horas ocorreu no dia 1º de maio de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos. A manifestação resultou em confrontos violentos, incluindo a morte de sete operários pela polícia e um trágico episódio em que uma bomba explodiu durante um comício, deixando centenas de mortos e feridos.

Augusto Spies,
anarquista,
líder operário da
manifestação
em 1º de maio de
1886, em Chicago,
Estados Unidos. Ele
foi condenado à
morte por organizar
a greve pelas oito
horas de trabalho



Apesar da repressão policial, os trabalhadores mantiveram a greve, que se encerrou de forma brutal: oito líderes sindicais anarquistas foram presos (August Spies, Albert Parsons, Sam Fielden, Oscar Neeb, Adolph Fischer, Michel Schwab, Louis Lingg e Georg Engel) e quatro deles (Parsons, Engel, Fischer e Spies), executados. Lingg suicidou-se. Fielden e Schwab foram sentenciados à prisão perpétua e Neeb foi condenado a 15 anos de prisão. Essa greve e essas mortes foram decisivas para a conquista das oito horas de trabalho.

Momento em que uma bomba explode em meio ao comício da greve por oito horas de trabalho, em 1º de maio de 1886, em Chicago, Estados Unidos



Cinco anos depois, em 1891, representantes de trabalhadores de diversos países reuniram-se no segundo congresso da Internacional Socialista e decretam que o 1º de maio fosse comemorado todo ano como Dia Internacional dos Trabalhadores. A partir dessa data, todo ano, no mundo, os trabalhadores concentrariam no 1º de maio suas lutas pelas oito horas e por melhores condições de vida e de trabalho.



SÉCULO XX

A luta pela jornada de oito horas entraria no século XX sem que os trabalhadores conquistassem essa reivindicação histórica. Pelo contrário, a classe trabalhadora compunha a maioria das vítimas da brutal Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918 e que mergulhou a Europa em uma devastação aterradora.

**Lênin discursa aos trabalhadores
em 1917, ano da Revolução Soviética**



Por outro lado, em 1917, a Revolução Russa representou um duro golpe no sistema capitalista e alterou drasticamente a conjuntura internacional, alçando lideranças operárias ao poder da recém-criada União Soviética, inspirando movimentos revolucionários operários em todo o mundo e intensificando greves, manifestações e barricadas entre 1918 e 1921 em diversos países europeus por melhores salários, jornada e condições de trabalho.



Em resposta ao avanço dos ideais proletários com a Revolução Soviética de 1917 e a ameaça ao sistema capitalista, os países europeus fundaram, em 28 de novembro de 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para desmobilizar a organização e a luta dos trabalhadores e neutralizar as greves que reivindicavam a redução da jornada, a OIT determinou, em sua primeira conferência, que as nações signatárias implantassem em seus países a jornada de trabalho máxima de oito horas diárias e 48 horas semanais

Ameaçadas pelo avanço desses ideais revolucionários socialistas, as nações capitalistas do pós-guerra se protegeram criando a Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma poderosa ferramenta para desmobilizar a organização crescente dos trabalhadores e neutralizar as greves por jornada de oito horas. Tanto que uma das primeiras ações da OIT foi a aprovação da Convenção n. 1, que estabelecia jornada de trabalho semanal de 48 horas, ou seja, as oito horas diárias.

O CASO BRASIL

A origem do Dia do Trabalhador no Brasil está relacionada ao movimento operário e às lutas sindicais que ocorreram no final do século XIX e início do século XX.



Passeata dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Greve Geral de 2017



Em 1917, foi realizada em São Paulo uma grande greve geral que reivindicava a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, dentre outras pautas. A greve foi reprimida violentamente pelas autoridades, mas a luta dos trabalhadores continuou e, em 1924, o presidente Arthur Bernardes foi pressionado a instituir o dia 1º de maio como o dia oficial do trabalhador no Brasil, por meio do Decreto n. 4.859.



Jornais começam a noticiar as mobilizações dos trabalhadores

A celebração da data no país, no entanto, só começou a ser mais difundida a partir da década de 30, quando as organizações sindicais e os partidos políticos passaram a promover manifestações e eventos para marcar a data. Essa mobilização dos trabalhadores foi decisiva para pressionar o então presidente Getúlio Vargas a sancionar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), justamente no dia 1º de maio de 1943.

Já em 1964, o regime militar proibiu as comemorações do Dia do Trabalhador no país, temendo manifestações contrárias ao governo. Apesar da proibição, o 1º de maio de 1968 organizado por sindicalistas de São Paulo reuniu mais de 100 mil pessoas.

Cerca de 100 mil pessoas participam de passeata pelo fim da ditadura militar



Em 1980, durante a abertura política no Brasil, a data ficou marcada por grandes manifestações de trabalhadores e sindicatos em todo o país, reivindicando melhores condições de trabalho e salários mais justos.

Já em 1988, a Constituição Federal do Brasil foi promulgada, estabelecendo diversos direitos trabalhistas, como jornada de trabalho de oito horas diárias, férias remuneradas, licença-maternidade,



O então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo liderou as primeiras greves operárias ainda durante a ditadura brasileira

entre outros. Chamada de constituição cidadã, ela ajudou a consolidar diversas conquistas sociais.

Desde então, o Dia do Trabalhador é uma data importante no calendário brasileiro e continua sendo celebrado no país com manifestações, shows, eventos culturais, reivindicações e homenagens aos trabalhadores brasileiros, que desempenham um papel fundamental na construção e no desenvolvimento do país.

**Ato unificado do 1º de maio entre
CUT e demais centrais sindicais**



LINHA DO TEMPO DA LUTA

Vejam, ano a ano, as principais lutas da recente classe operária brasileira realizadas no 1º de maio para conquistar as oito horas e outras reivindicações.

1887

União Operária apresenta a peça “O 1º de Maio”, no Rio Grande do Sul, um ano após o Massacre de Chicago.

1890

O 1º de maio é comemorado mundialmente com greves e manifestações, seguindo a orientação da Internacional. Em São Paulo, ativistas tentam criar um Partido Operário.

1916

Manifestações contra a guerra e pela jornada de trabalho em São Paulo, no 1º de maio.

1908

Uma greve de cinco dias paralisa a Companhia de Gás no Rio de Janeiro. Tentativa de transformar o 1º de maio em feriado para esvaziar as lutas.

1907

Manifestação operária na Praça da Sé, em São Paulo, em 1º de maio, seguida por uma greve generalizada. Governo do Rio de Janeiro edita leis repressivas contra os trabalhadores.

1906

A Federação Operária do Rio de Janeiro realiza um Congresso Operário. Greve de duas semanas na Estrada de Ferro em Jundiaí, exigindo oito horas de trabalho.

PELAS OITO HORAS NO BRASIL

1891

Sai um número único do jornal “1º de Maio”, em São Paulo. Um deputado estadual em Pernambuco apresenta um projeto rejeitado.

1892

Sai o número único do jornal “1º di Maggio”, em São Paulo. Tentativa de criar um Partido Socialista no Rio de Janeiro, com um dos pontos do programa sendo as oito horas de trabalho.

1894

A polícia prende militantes anarquistas e socialistas durante a 2ª Conferência dos Socialistas Brasileiros em São Paulo.

1895

O Centro Socialista realiza a primeira comemoração do 1º de maio no Brasil em Santos.

1903

Aumentam as greves pelas oito horas em todo o Brasil. Os trabalhadores têxteis conseguem nove horas e meia no Rio de Janeiro.

1902

Mais uma tentativa de criar um Partido Socialista em São Paulo, com um programa mínimo.

1901

O Clube Internacional Filhos do Trabalho lança um manifesto escrito por Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo/SP.

1900

Um grupo de ativistas funda o Círculo Operário com o nome “Sociedade 1º de Maio” em Santos/SP.

LINHA DO TEMPO DA LUTA

1917

Greve de um mês em São Paulo, com uma das exigências sendo as oito horas de trabalho.

1918

Debates na Câmara Federal sobre a jornada de trabalho no Rio de Janeiro.

1919

Mais de 60 mil grevistas no 1º de maio em diversas cidades, com exigência pelas oito horas de trabalho. Barricadas, confrontos e assinatura de uma lei de oito horas em Recife e Porto Alegre.

1988

Promulgação da nova Constituição no Brasil, que, em seu artigo 8º, garante diversos direitos aos trabalhadores, incluindo a jornada semanal de 44 horas.

1943

Getulio Vargas consolida a jornada de oito horas por dia e 48 horas por semana, aplicada somente aos trabalhadores urbanos.

PELAS OITO HORAS NO BRASIL

1923

Intensificação da campanha pelas oito horas nas fábricas do Rio de Janeiro.

1924

Governo edita decreto considerando o 1º de maio feriado nacional, tentando mudar seu caráter para a glorificação do trabalho ordeiro.

1926

Estabelecimento da jornada de seis horas para menores de 18 anos de idade no Rio de Janeiro, de acordo com o Código de Menores.

1932

Decreto de Getúlio Vargas regulamenta, só para os trabalhadores da cidade, a jornada de oito horas.

1930

No 1º de maio, trabalhadores desafiam a proibição e tentam realizar um ato na Praça Mauá, que é dissolvido com violência e resulta em prisões.

1929

Grande manifestação do 1º de maio, liderada pelo Partido Comunista, com cerca de 20 mil pessoas na Praça Mauá, no Rio de Janeiro.

Esta cartilha integra o Projeto de Formação Sindical do Sindicomercários ES. A autoria é do jornalista Maninho Pacheco. Ele é graduado em Comunicação, com habilitação em jornalismo e pós-graduação em Ciências Sociais da Comunicação. Especializado em comunicação sindical, ao longo de sua carreira já atuou como assessor de imprensa de inúmeras entidades sindicais no país, entre as quais os sindicatos dos Bancários e Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Atualmente, coordena a comunicação do Sindicato dos Comercários do Espírito Santo (Sindicomercários ES), Sindicato dos Ferroviários do Espírito Santo e Minas Gerais (Sindfer ES/MG) e da Central Única dos Trabalhadores do ES (CUT ES).



T A C O

EDITORIA E DISTRIBUIDORA

ISBN: 978-65-982259-6-4

CRL



9 786598 225964



SINDI
COMERCIÁRIOS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CUT

contracs

FETRACS

Siga nossas redes sociais



Praia Grande Hotel



@sindicomercarios.es



/Sindicomercarios

